

UM DEFEITO DE COR: ESCRITAS DA MEMÓRIA, MARCAS DA HISTÓRIA

Ana Maria Vieira SILVA
Universidade Federal Fluminense
E-mail: anamari1020@yahoo.com.br

Resumo: Uma das vertentes da Literatura Comparada, voltada para os estudos pós-coloniais, tem se ocupado de investigar o que foi o colonialismo, quais as consequências desse sistema nas relações político-sociais e culturais dos povos a ele submetidos, a partir dos registros orais e escritos que denunciam as práticas opressoras dos colonizadores. Nos dias atuais têm-se provas de que o colonialismo foi um sistema causador de tensões, polarizadas de um lado pelo elemento branco, europeu – o colonizador; e de outro, pelo africano, pelo asiático ou pelo americano – os colonizados. Essas tensões foram caracterizadas, na colonização dos países americanos, pela relação entre opressor/oprimido, agravadas pelas sucessivas violências praticadas contra os africanos. O Brasil, assim como toda a América, viveu a experiência trágica do colonialismo, marcada pela diáspora dos povos africanos e pelos séculos de escravismo desses povos. Neste trabalho será feito um estudo do romance *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves, com o objetivo de analisar as relações entre a literatura, a história, a cultura, a memória e o espaço do negro africano, que é um dos formadores da identidade brasileira.

Palavras-chave: Colonialismo; Pós-colonialismo; escravismo; memória; identidade cultural.

Introdução

Neste trabalho será feito um breve estudo do romance *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves, com o objetivo de analisar as relações entre a literatura, a história, a cultura e o espaço do negro africano, que é um dos formadores da identidade brasileira. O que motivou essa análise foi a percepção de que a autora lança mão da pesquisa histórica para, aliada à ficção, reconstituir com verossimilhança a realidade do negro cativo africano chegado ao Brasil no início do século XIX, especificamente dos que foram levados para a Bahia. O romance foi inspirado nas lacunas da biografia de Luiz Gama, importante líder abolicionista, mestiço, supostamente filho de um rico comerciante português e da escrava ioruba¹ alforriada Luiza Mahin. No romance, a autora revela que Luiza foi o nome que a africana Kehinde recebera ao chegar ao Brasil. Essa escrava, após comprar sua liberdade, participou de lutas pré-abolicionistas na Bahia, como a revolta dos Malês (1835) e a Sabinada (1837).

O suposto filho de Luiza Mahin, Luiz Gama, nasceu livre na Bahia, já que era filho de uma ex-escrava alforriada, mas foi considerado escravo ao ser vendido pelo pai para pagar uma dívida de jogo. Mesmo sendo escravo crioulo, tornou-se livre e letrado em São Paulo, para onde foi após ser comprado aos dez anos. Foi homem muito respeitado, atuou como advogado (rábula), escritor e jornalista, sempre em favor dos escravos. Mas apesar de Luiz Gama ter sido um homem influente na sociedade paulistana, pouca coisa se sabe dele e de seus pais. As poucas informações que se tornaram públicas sobre a vida desse líder abolicionista nos são reveladas a partir de seu biógrafo, Sud Mennucci, que em seu livro

¹ Dicionário Aurélio: 1. Indivíduo dos iorubas, povo negro do grupo sudanês da África Ocidental, que vive no S.O. da Nigéria, em Benim e em Togo; nagô. 2. Língua crua do S.E. da Nigéria, e também falada em Benim (antiga Daomé) e Togo. 3. Vocabulário dessa língua. A grafia desse termo pode ser encontrada de várias formas: ioruba, iorubá, yoruba, yorubá.

intitulado *O precursor do abolicionismo no Brasil (Luiz Gama)*, revela-nos tudo o que pode obter nas pesquisas realizadas. Além de falar do incansável trabalho desse líder abolicionista em favor da libertação dos escravos, transmite-nos o que se conhece até hoje sobre sua mãe, Luiza Mahin, obtidas a partir de uma carta enviada por Luiz Gama a seu amigo Lúcio de Mendonça, onde o escritor baiano faz revelações sobre a sua vida pessoal, desde a sua origem até o período em que redige a carta. Confessa ser filho de uma “negra, africana livre, da Costa Mina (Nagô de Nação) de nome Luiza Mahin, pagã, que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã” (MENNUCCI, 1938, p.20). Descreve-a como “baixa de estatura, magra, bonita, a cor era de um preto retinto e sem lustro, tinha os dentes alvíssimos como a neve, era muito altiva, geniosa, insofrida e vingativa” (MENNUCCI, 1938, p.20). Toda essa caracterização da mãe, descrita em detalhes físicos e psicológicos, além do conhecimento da origem geográfica e étnica, podem ter influenciado decisivamente na trajetória de Luiz Gama, que, ciente de sua procedência, tornou-se líder abolicionista, atuando nas causas de escravos fugidos, nos processos de compra de carta de alforria de centenas de escravos, discursando publicamente e escrevendo nos jornais sobre o direito à liberdade dos escravos, razão pelas quais chegou a ser preso.

O título do romance *Um defeito de cor* é justificado pelos anais da história do Brasil e deve-se à existência de um decreto instituído no período colonial, que impedia aos negros e mestiços de assumirem cargos ou funções públicas e determinadas profissões reservadas apenas aos brancos. A esse respeito, é esclarecedora a explicação dada por Ana Maria Gonçalves, sobre o motivo da escolha do título, numa entrevista concedida à Record, editora que publicou o romance: “No período colonial havia uma lei [...] que impedia que negros e mulatos ocupassem cargos civis, militares e eclesiásticos, reservados aos brancos. Quando o talento, a competência ou a vontade eram muito grandes, o negro ou mulato podia pedir a ‘dispensa do defeito de cor’”(GONÇALVES. Entrevista a Editorial Record). A autora cita um exemplo para essa situação do pedido da dispensa do defeito de cor, concedida ao padre mulato José Maurício, “um dos mais importantes musicistas e compositores coloniais brasileiros” (GONÇALVES. Entrevista a Editorial Record). Somente depois que foi dispensado do defeito de que padecia – ser mulato – esse padre pode se tornar Mestre da Capela Real e responsável pela música sacra que era executada nessa igreja. No romance, Kehinde refere-se ao título quando afirma: “Eu achava que era só no Brasil que os pretos tinham de pedir dispensa do defeito de cor para serem padres [...]”. (GONÇALVES, 2009, p. 893).

Por se tratar de uma obra que conjuga ficção e história, a análise da narrativa memorialística revelará a importância da Literatura Comparada para a investigação dos fatos e personagens históricos que fazem parte dessa obra. A importância dos relatos de memória da personagem principal do romance é fundamental para a composição do cenário histórico África/Brasil e das relações interpessoais na sociedade brasileira escravista do início e meados do século XIX. Apesar disso, não se trata de um romance histórico nos moldes instituídos pelo romantismo. Os fatos históricos permeiam o romance do início ao fim, mas eles servem apenas de pano de fundo às memórias da protagonista. Apesar de ser narrado em primeira pessoa, não se trata de um romance de memórias, no sentido que se atribui a esse gênero, pois não são as memórias da própria autora, mas de uma personagem por ela criada. Mesmo assim, a reprodução dos cenários e dos acontecimentos históricos através da narrativa testemunhal da protagonista é muito importante para a visualização de um período crítico e vergonhoso na história da nação brasileira. Servem para que, a partir dos fatos históricos e fictícios da narrativa, possamos refletir sobre a condição do elemento africano trazido à força para uma nação estrangeira e aqui ser submetido a violências de toda natureza, tendo, inclusive, de abdicar de sua cultura e de suas crenças seculares.

É nesse sentido que a abordagem sobre os relatos de memória da africana Kehinde evoca a necessidade de se examinar alguns temas como pós-colonialidade, identidade cultural e memória, todos eles muito importantes para se entender melhor o papel dessa narrativa para a Literatura Comparada. A análise será pautada por uma metodologia comparatista, em que o espaço, o tempo, a cultura, localizados no romance *Um defeito de cor*, serão os elementos utilizados para o estabelecimento de um painel sincrônico da situação política, social, econômica e cultural de africanos e afro-brasileiros, circunscrita ao período pré-abolicionista, com a intenção de ressaltar o importante papel da memória para o registro das impressões pessoais e históricas.

1. Escravidão e heroísmo: a memória e a história em *um defeito de cor*

O romance *Um defeito de cor*, por se configurar como a representação da cultura negra, e por ser ambientado em sua maior parte na Bahia, primeiro dos palcos da trajetória dos afro-brasileiros, é importante para a análise sócio-política e cultural dos povos africanos e afro-brasileiros. Embora se trate de uma obra ficcional, seus personagens refletem os anseios, as injustiças, os conflitos individuais e sociais dos negros no Brasil.

A personagem protagonista Kehinde narra a sua trajetória de mais de oitenta décadas de existência vividos na África e no Brasil, através de recortes memorialísticos, nos quais se percebe sempre a recorrência ao mesmo tema: a procura pelo filho perdido ainda na infância. Como esses relatos foram produzidos já na velhice, o olhar retrospectivo da protagonista se mistura ao presente da narrativa e ainda faz projeções para o futuro, antecipando ao leitor os fatos que ainda estão por acontecer. Isso é possível porque a narradora já viveu tudo isso. Ela tem conhecimento de tudo o que aconteceu em sua vida e, talvez, se antecipa ao leitor o porvir, seja com a intenção de prender sua atenção para o que considera mais relevante em seus relatos:

Será que te aborreço com essas histórias todas? Desculpe uma velha que quase não tem com quem conversar, que quase já não tem tempo na vida, a não ser o que ficou para trás. É por isso que falo tanto, e é por isso também que vou me adiantar um pouco e contar logo sobre os dias finais dessa viagem (GONÇALVES, 2009, p. 740).

A narração da protagonista inicia-se como um diário: “Eu nasci em Savalu, no reino de Daomé, África, no ano de um mil oitocentos e dez” (GONÇALVES, 2009, p. 19). Mas a partir aproximadamente da metade do romance, a narradora revela-nos que não é apenas um diário, mas uma espécie de carta-testamento para seu filho desaparecido. É a partir desse momento que a narradora invoca o filho perdido, tornando-o seu interlocutor direto, tratando-o em segunda pessoa, ora por “tu”, ora por “você”:

Antes de começar a cerimônia, o Baba Ogumfiditimi tinha dito que você é de Xangô, o orixá da justiça, e eu comentei que seu pai queria fazer de você um doutor em leis [...].

O Ifá disse que você viveria o suficiente para ser um grande homem e que talvez a minha missão mais importante fosse guiar e instruir você no caminho do bem e da justiça. (GONÇALVES, 2009, p.404)

A narrativa do romance é linear e cronológica, o início dá-se a partir da infância de Kehinde, aparentemente feliz, mas logo transformada em trágica, na África do início do século XIX. Em seguida, a personagem relata a vida de cativa no Brasil, primeiro como escrava na ilha de Itaparica, período em que além de ter recebido um nome cristão – Luísa², que lhe fora dado pelo senhor fazendeiro que a comprou, faz amizade com outros escravos,

² A autora usou essa grafia (Luísa) para a sua personagem e não a que está nos documentos históricos (Luiza). Além disso, optou pelo sobrenome Gama, talvez para torná-la distinta da Luiza Mahin, supostamente histórica.

que se tornariam seus aliados por toda a vida. É na ilha de Itaparica que passa parte da infância e adolescência, tornando-se mulher e despertando a cobiça de seu senhor, que a violenta sexualmente e a engravida. Após o nascimento de seu filho e a morte do fazendeiro, Kehinde vai para São Salvador, onde se torna escrava de ganho de sua senhora. Depois de algum tempo, consegue dinheiro suficiente para pagar sua carta de alforria, bem como a de seu filho Banjokô. Já na condição de liberta, relaciona-se com um rico português e novamente engravida. Continua a narrativa falando da trágica morte de seu primeiro filho e de sua participação em revoltas históricas brasileiras ocorridas na Bahia, o que a obrigou a retornar à ilha de Itaparica e a morar no Maranhão. Fala ainda de sua vida no Rio de Janeiro, para onde foi em busca do filho que lhe fora roubado e vendido pelo próprio pai como um escravo quando a situação do menino já era de alforriado. A procura do filho desaparecido se estende a Santos, São Paulo e Campinas. Tudo em vão. Depois de tantas buscas frustradas no Brasil, imagina que o filho possa ter embarcado para a África, talvez por desejar ir em busca de suas raízes. Motivada por essa possibilidade e depois de tantas peripécias, a protagonista narra seu retorno à África, em cuja viagem conhece aquele que seria seu derradeiro companheiro, John, com quem tem dois filhos, Maria Clara e João.

A união de Kehinde e John, um mulato escuro, sarô³ de Freetown⁴, mais do que ser considerada uma relação amorosa, configura-se como uma união de forças, que garantiria aos dois um poder econômico considerável. Kehinde era africana, mas fazia parte dos agudás⁵, classe muito respeitada na sociedade africana por possuir mais prática nas transações comerciais e nos ofícios que não eram comuns naquela época na África, conhecimentos adquiridos no Brasil no convívio com os europeus e seus descendentes. Um desses ofícios era a construção de casas de alvenaria, principalmente os belos sobrados em estilo europeu. John era um africano que fazia parte dos sarôs, grupo voltado para o comércio e agricultura, duas atividades nobres na África. Por isso, a união de Kehinde/Luísa e John serve para ilustrar a representação das duas classes que constituíam a burguesia africana do século XIX: os agudás e os sarôs, que dominavam as atividades mercantis e agrícolas da África atlântica, principalmente a de plantação de palma. Talvez tenha sido por essa razão que Kehinde resolveu adotar um nome mais imponente aos olhos dos africanos, com dois sobrenomes tipicamente brasileiros: Luísa Andrade da Silva.

Kehinde narra ainda muitos acontecimentos ocorridos na África, onde passa a fazer parte da comunidade de africanos e afro-brasileiros retornados do Brasil, que se distinguiam dos nativos africanos por terem adquirido hábitos dos colonos brasileiros brancos, estes em sua maioria de descendência europeia. Muitos dos retornados haviam sido capturados em regiões centrais da África, mas ao voltar preferiram se fixar na faixa litorânea do continente africano para evitar as zonas mais centrais, regiões de maiores focos de guerra entre tribos rivais, onde novamente poderiam ser capturados e reenviados como cativos aos países que ainda faziam o tráfico de escravos. Kehinde era de Savalu, região central do Daomé (Benim), mas pelas razões já apontadas preferiu fixar residência em Uidá, que se situava às margens do Oceano Atlântico. Outra vantagem da fixação no litoral era devida à existência de um intenso comércio, principalmente nos portos africanos de Uidá, Porto Novo e Lagos. Kehinde mora primeiramente em Uidá, onde se torna uma comerciante bem sucedida. Depois da morte de John, ela se muda para Lagos e se torna uma rica empresária do ramo da construção civil.

³ Designação dada aos africanos que eram libertados dos navios negreiros pelos ingleses após a proibição do tráfico de escravos. Esses ex-escravos, após serem libertados pelos britânicos, eram levados para Serra Leoa. A maioria aprendeu a falar inglês, tornou-se adepta do cristianismo e passou a adotar o modo de vida de seus protetores europeus.

⁴ Cidade africana costeira que se tornaria posteriormente a capital de Serra Leoa.

⁵ Nome dado aos ex-escravos africanos e afro-brasileiros que retornaram à África e constituíram comunidades de brasileiros nas cidades situadas, em sua maioria, no Golfo de Benim.

Assume sua viuvez e vê crescer com o passar dos anos a sua descendência, com o surgimento de netos e bisnetos. Por fim, já bem idosa, ela narra a tentativa de retorno ao Brasil, com esperanças de reencontrar o filho perdido. Tudo isso é relatado através do fluxo de memória da protagonista, que tem como *leitmotiv* o amor materno ao filho que lhe fora tirado ainda infante, para quem endereça os relatos memorialísticos de mais da metade do romance, que possui 947 páginas, num discurso que muito se aproxima do gênero epistolar.

Kehinde, a personagem narradora, apesar de imprimir suas lembranças numa narrativa de caráter memorialista, não reproduz fidedignamente os fatos históricos, apenas os torna verossímeis através da narrativa de algumas ações semelhantes às que se deram nos fatos históricos. A saga dessa protagonista é usada pela autora como símbolo para materializar na ficção muitos episódios ocorridos com africanos que foram capturados em solo de sua própria nação e trazidos à força para uma terra estranha, com hábitos, língua, crença e cultura completamente diferentes das que eram praticadas na África. Édouard Glissant, num interessante estudo sobre diversidade, ao falar sobre o povoamento no mundo, afirma que o tipo de povoamento que foi “realizado através do tráfico de africanos foi o que determinou maior sofrimento e infelicidade nas Américas”(GLISSANT, 2005, p.19), pois sua migração foi imposta. Os africanos sequer tiveram o direito de trazer consigo algo que remetesse à sua identidade cultural.

[...] os africanos chegaram despojados de tudo, de toda e qualquer possibilidade, e mesmo despojados de sua língua. Porque o ventre do navio negreiro é o lugar e o momento em que as línguas africanas desaparecem, porque nunca se colocavam juntas no navio negreiro, nem nas plantações, pessoas que falavam a mesma língua. O ser se encontrava dessa maneira despojado de toda espécie de elementos de sua vida cotidiana, mas também, e sobretudo, de sua língua. (GLISSANT, 2005, p. 19)

Falar de uma condição ou problemática diaspórica dos povos africanos nas Américas é, via de regra, tocar nas questões da memória cultural, ou seja, nas lutas pelo resgate cultural dos elementos africanos que fizeram parte do processo de organização sócio-cultural das populações negras na América. Sendo assim, esta “África” recuperada e reinterpretada nesta parte do mundo, de acordo com Stuart Hall, é “aquilo que a África se tornou no novo mundo, no turbilhão violento do sincretismo colonial, reforjada na fornalha do painel colonial” (HALL, 2009, p.39).

Se hoje conhecemos muito da cultura do negro chegado ao Brasil no período colonial, isso se deve ao poder da memória coletiva, em que as tradições eram passadas oralmente de geração a geração. Para Glissant (2005), essa identidade cultural é resgatada através de *rastros/resíduos* (grifos do autor), utilizados pelos povos migrantes na recomposição de “uma língua e manifestações artísticas, que poderíamos dizer válidas para todos” (GLISSANT, 2005, p. 19), visíveis, por exemplo, nos cantos entoados nos funerais, casamentos, batismos, acontecimentos que expressam a dor, a alegria, que lembram o país de origem. Como o africano deportado foi despojado de tudo o que remetesse à sua terra, sendo lhe negado o direito de manifestar seus costumes e crenças, “criou algo imprevisível a partir unicamente da memória, isto é, somente a partir dos pensamentos do *rastro/ resíduo* que lhe restavam: compôs linguagens crioulas e formas de artes válidas para todos” (GLISSANT, 2005, p.19). É nesse sentido que Glissant chama a atenção para o processo que ocorreu nos países colonizados pelos europeus: a criouliização, em que os elementos culturais vindos de diversas regiões do mundo, “se imbricam e se confundem um no outro para dar nascimento a algo absolutamente imprevisível, absolutamente novo”(GLISSANT, 2005, p.18). A preferência de Glissant pelo termo criouliização em oposição à mestiçagem, termo preferido por muitos pesquisadores brasileiros, é justificada ao considerar que na mestiçagem poderiam ser calculados seus efeitos, seu resultado é previsível, enquanto que na criouliização, que é “a

mestiçagem acrescida de uma mais-valia que é a imprevisibilidade”(GLISSANT, 2005, p.22), isso não seria possível.

Eurídice Figueiredo (2010) vê como impropriedade essa oposição entre mestiçagem e criouliização apontada por Glissant, conforme se observa quando diz que

[...] a mestiçagem, em seu duplo sentido biológico e cultural, é um processo muito mais amplo e muito mais universal, que afeta toda a vida das comunidades. Ao contrário do que afirma Glissant, o conceito de mestiçagem pode ser encarado como um longo processo que, não só não termina em uma síntese, como está em constante devir, com resultados imprevisíveis (FIGUEIREDO, 2010, p.94).

Apesar de considerarmos válidos os estudos de Glissant para a questão da identidade cultural dos povos americanos, adotaremos, sempre que se fizer necessário, o termo “mestiçagem” para designar o resultado do cruzamento entre os elementos étnicos negro e branco estrangeiros e o índio brasileiro, por concordarmos que é o mais adequado, e por ser este o mais usado na sociedade brasileira.

Analisando o processo de colonização dos países americanos, Glissant afirma que todas as mudanças que os colonizadores impuseram aos escravos foi responsável pela sua forçada conversão à cultura do branco, realizada como tentativa de apagamento, esquecimento ou sepultamento das memórias dos negros, que insistiam em manter vivas as suas culturas, criando o que ele denomina de “imaginário diaspórico”:

A *Neo-América*, seja no Brasil, nas costas caribenhas, nas ilhas ou no sul dos Estados Unidos, vive a experiência real da criouliização através da escravidão, da opressão, do desapossamento perpetrados pelos diversos sistemas escravocratas, cuja abolição se estende por um longo período [...] e através desses desapossamentos, dessas opressões e desses crimes realiza uma verdadeira conversão do *ser* (GLISSANT, 2005, p.19)

Para Kátia Mattoso (2003), a despersonalização do escravo é um fator decisivo em sua caracterização. Os múltiplos processos por que passa o escravo em sua trajetória revelam o quanto ele apenas se converte em objeto: ele é “capturado, comprado, vendido, hipotecado, alugado, legado, incapaz de diálogo e sem vontade própria – torna-se um animal de carga e gera dúvida sobre se ele possui uma alma imortal, como a igreja lhe reconhece” (MATTOSO, 2003, p.12).

Sobre a ação perversa do colonialismo, Jean-Paul Sartre assim se manifesta no prefácio do livro *Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador*, feito para Albert Memmi, em 1957:

O colonialismo recusa os direitos do homem a homens que submeteu pela violência, que mantém pela força na miséria e na ignorância e, portanto, como diria Marx, em estado de ‘subumanidade’. Nos próprios fatos, nas instituições, na natureza das trocas e da produção, o racismo está inscrito (SARTRE,[s.d.], p. 28).

Memmi, em sua discussão sobre os efeitos nocivos da colonização, faz um retrato do colonizador em que uma de suas características marcantes é a desumanização com que trata o colonizado, privando-o de sua liberdade. Ainda que o filósofo se refira à colonização do século XX, quando já não existiam escravos, suas considerações servem também como reflexão ao colonialismo escravista do século XIX, por se referir à negação de um direito que é próprio do ser humano – a liberdade.

[...] o colonizador nega ao colonizado o mais precioso direito reconhecido à maior parte dos homens: a liberdade. As condições de vida feitas para o colonizado pela colonização não a levam em conta de nenhuma maneira, nem sequer a supõem. O colonizado não dispõe de saída para deixar seu estado de infortúnio: nem de saída jurídica (a naturalização) nem de saída

mística (a conversão religiosa): o colonizado não é livre para decidir se é colonizado ou não colonizado (MEMMI, [s.d.], p. 123-124).

O desejo de liberdade é uma das temáticas principais do romance *Um defeito de cor*. É a ausência de liberdade que moverá a protagonista em suas ações do início ao fim de sua narrativa. Kehinde, ainda na África, fala de um tempo feliz ao lado da mãe, da avó, do irmão Kokumo e da irmã gêmea Taiwo. É com admiração que descreve a mãe como uma bela mulher, que dançava no mercado de Savalu para ganhar dinheiro, tendo as gêmeas amarradas às costas. A vida em liberdade, feliz e pacata em Savalu é interrompida com o trágico assassinato do irmão Kokumo e da mãe, que antes de ser morta fora estuprada pelos guerreiros do rei Adandozan.

[...] a minha mãe surgiu correndo da beira do rio, onde se banhava acompanhada do Kokumo, que estava pescando. Naquele dia, a minha mãe tinha acabado de voltar do mercado, lavado as pinturas com que enfeitava o corpo e passado *ori* nele. Eu nunca tinha visto minha mãe tão bonita. [...] O Kokumo apareceu correndo atrás dela e foi pego por um dos guerreiros [...]. Outro guerreiro pegou minha mãe pelos braços e a apertou contra o próprio corpo [...]. Um dos guerreiros, que até então tinha ficado apenas olhando e sorrindo, chegou bem perto do Kokumo e enfiou a lança na barriga dele. Eu me lembro do sangue que saiu da boca do meu irmão e espirrou na roupa do guerreiro.

[...] Quanto mais ele falava e dava tapas no rosto dela, mais ela sorria e girava o pescoço, seguindo os *abikus*. Até que ele se acabou dentro dela, jogou o corpo um pouco para o lado, apanhou a lança e enfiou sorriso a dentro de minha mãe. (GONÇALVES, 2009, p. 22-24)

É a partir desse fato que a personagem Kehinde passa a perceber que há um outro lado da existência humana, que é o do sofrimento. Mas é esse sofrimento inicial que lhe permite ser forte, determinada e, assim, sobreviver à captura e viagem no navio tumbeiro da África até o Brasil. A mesma sorte não tiveram a avó e a irmã gêmea, que também embarcaram no mesmo navio e morreram durante o trajeto. Desde a chegada ao Brasil, Kehinde comporta-se diferente dos muitos africanos cativos. Recusa-se a ser batizada e para evitar isso joga-se do navio antes de descer em terra estrangeira. O nome Luísa que lhe fora atribuído, recebeu-o no momento em que fora vendida ao fazendeiro de Itaparica, e não pelo batismo cristão dado aos escravos chegados ao Brasil, como era costume na época. Sua crença será sempre mantida intacta, apesar da obrigatoriedade de adesão dos escravos ao catolicismo, religião oficial do Brasil desde o colonialismo português. É possível afirmar que a história registra e a literatura tem representado muitos fatos históricos, políticos e culturais que antecederam e constituíram a formação dos afro-brasileiros. Nesse sentido é significativo o estudo de Florestan Fernandes e Roger Bastide⁶, referido também em outra obra de autoria de Florestan Fernandes⁷, sobre o efeito nocivo do colonialismo sobre os negros no Brasil. Fernandes afirma que “os negros são os testemunhos vivos da persistência de um colonialismo destrutivo, disfarçado com habilidade e soterrado por uma opressão inacreditável” (FERNANDES, 1989, p. 8).

Esse cenário revela, já no século XX, que era preciso rever a história do negro no Brasil quantas vezes isso se fizesse necessário a fim de reescrevê-la, desta feita tendo o cuidado de não omitir fatos que podem preencher lacunas históricas. Bastide (1974) também corrobora esta mesma necessidade de revisão da história do negro na América, mas justifica o porquê desses estudos terem sido realizados tardiamente. Segundo ele, a razão de só

⁶ Florestan informa que em companhia de Roger Bastide realizaram uma pesquisa em 1951, que deu origem ao livro *Relações raciais entre negro e branco em São Paulo*, publicado em 1959, em São Paulo, pela Editora Nacional.

⁷ *Significado do protesto negro*, 1989.

recentemente haver interesse em estudar as civilizações africanas na América deu-se em virtude de o negro escravizado ser visto antes apenas como mão de obra e não como portador de uma cultura. O interesse pela cultura do negro só foi despertado a partir do momento em que ele se tornou cidadão, pois se precisava saber “se ele podia ou não ser integrado à Nação: seria assimilável, capaz de tornar-se ‘anglo-saxão’ ou ‘latino’, totalmente, ou, pelo contrário, teria uma ‘cultura’ estrangeira, costumes diferentes, modos de pensar que impediam, ou pelo menos ofereciam, sérios obstáculos à sua incorporação na sociedade ocidental?” (BASTIDE, 1974, p.5). Bastide elenca vários estudos que foram feitos nesse sentido. No Brasil, cita Nina Rodrigues como o precursor dessas pesquisas, cuja obra de 1900⁸ enfoca a religião dos negros da Bahia, onde observa que as manifestações religiosas dos negros é caracterizada por um forte “animismo fetichista”, camuflado por um aparente catolicismo. Para Nina Rodrigues, isso é visto de forma negativa como atraso cultural: o afro-brasileiro é incapaz de aderir às ideias modernas, pois pertence a outro mundo. É a “ilusão da catequese”: o negro é refratário à cultura do branco; ele apenas finge que a aceita. Kehinde é um exemplo disso. Num primeiro momento não aceita nada que seja diferente de sua cultura. Joga-se do navio tumbeiro para evitar ser batizada em outra religião. Sentia necessidade de permanecer ligada a tudo que remetesse à África. Ela era uma ioruba que adotava a crença de seus ancestrais. Por isso mantinha sempre consigo seus orixás, como os ibêjis⁹, que representavam as irmãs gêmeas, e a Oxum¹⁰, sua protetora maior. Para manter as tradições de sua família, a protagonista preserva o seu nome africano, usando o nome Luísa que lhe fora dado pelo senhor apenas quando em presença dos brancos. É também com a mesma intenção de manter-se fiel às suas crenças e costumes que dá nomes africanos a seus filhos, ainda que o ritual de confirmação desses nomes seja feito às escondidas por um babalaô¹¹. A crença era esse elo mais forte de ligação de Kehinde com a sua origem. É isso que a fortalece e permite a superação de todos os obstáculos. Ela acreditava que a fidelidade aos seus guias espirituais lhe daria energia para encarar os problemas e desafios que surgissem em sua trajetória. Se aparentemente fingia aceitar a religião dos brancos – o catolicismo, era apenas por uma questão de conveniência, situação que será mais visível quando retornar à África e passar a fazer parte da comunidade de brasileiros fixados em Uidá.

2. As violências praticadas contra os negros

A africana Kehinde, ao narrar sua saga, desde a África até o Brasil, denuncia a violência praticada contra os negros, principalmente em relação à desagregação familiar, em que os filhos são separados violentamente de suas mães. São muitos os fatos narrados pela heroína que comprovam que durante a maior parte de sua existência foi-lhe negado o direito à constituição de uma família. Primeiro, ainda criança, em África, acompanhada de sua irmã gêmea e de sua avó, testemunhou a morte violenta de sua mãe e de seu irmão. Depois, quando já imaginava estar superando o trauma da perda, é novamente surpreendida com a violência de sua captura. E mais uma vez, juntamente com a irmã e a avó, são aprisionadas em um navio tumbeiro e enviadas ao Brasil. A avó e a irmã não resistem à viagem e morrem durante

⁸NINA RODRIGUES, *O animismo fetichista dos negros da Bahia*.

⁹ Divindades gêmeas infantis. É um Orixá duplo e tem seu próprio culto. Está ligado ao princípio da dualidade e de tudo que vai nascer. É o protetor das crianças nascidas gêmeas.

¹⁰ Oxum é a deusa mais bela e mais sensual do Candomblé. É a própria vaidade, dengosa e formosa, paciente e bondosa, mãe que amamenta e ama. É a rainha de todos os rios e cachoeiras. É também divindade do ouro e dos metais amarelos.

¹¹ Sacerdote exclusivo do Orixá Orunmilá-Ifá do Culto de Ifá, das culturas Jeje e Nagô. Sua função principal é a iniciação de outros babalaôs, a preservação do segredo e transmissão do conhecimento do Culto de Ifá para os iniciados.

a travessia. Ambas são jogadas ao mar. Kehinde sobrevive e chega ao Brasil, onde é comprada por um rico fazendeiro, Senhor José Carlos de Almeida Carvalho Gama. É na propriedade desse fazendeiro, na ilha de Itaparica, onde chegou ao nove anos, que ela sofrerá e testemunhará as mais atrozes violências físicas praticadas contra os escravos. No início da puberdade, aos doze anos, conhece o escravo Lourenço, por quem se apaixona e é correspondida. Ficam noivos, têm permissão para se casar dada pela sinhá Ana Felipa, esposa do fazendeiro, mas são impedidos de se unirem pelo Senhor José Carlos, que desejava possuir a jovem escrava. Lourenço evita, num primeiro momento, o estupro, atacando de surpresa o capataz e o fazendeiro, no momento em que este se preparava para violentar a jovem escrava. Após esse ato, Lourenço tenta fugir, mas é capturado e torturado. É obrigado a assistir à sessão de estupro, antes de ele próprio ser sodomizado pelo fazendeiro, que, para completar a tortura, manda castrar o escravo audacioso. Kehinde engravida do senhor e dá à luz um menino, Banjokô, mas quase não tem direito a ficar com ele, pois a sinhá Ana Felipa, tendo conhecimento de que o menino é filho de seu esposo, passa a cuidar e educar a criança como se fosse seu próprio filho, uma vez que nunca tivera filhos e sua enteada, sinhazinha Maria Clara, não vivia mais na fazenda, morava e estudava num convento em Salvador.

Pelo resumo apresentado, percebe-se que *Um defeito de cor* tem sua temática voltada, principalmente na parte em que refere aos escravos trazidos para o Brasil, para os atos de violência praticados contra os africanos cativos, onde também se inclui a negação ao direito ao negro de constituir família. Embora existam vários casos de personagens secundários que servem para ilustrar esse tema, apenas os episódios da protagonista serão usados para comprovar a existência dessa prática na sociedade escravocrata brasileira. Eis algumas dessas passagens:

Quando me encontrou sozinha, [o capataz Cipriano] disse que era para eu me comportar, pois já estava reservada, que tinha me levado para a casa-grande exatamente para eu não me deitar com os pretos antes de servir ao meu dono, e que deveria ser muito grata por isso. O Lourenço percebeu e disse que poderíamos nos casar logo, perguntando se eu já era moça. Quando respondi que sim, ele disse que ia conversar com as Esméria e o Sebastião, para ver como poderíamos fazer. A Esméria, que já sabia o que estava para acontecer, comentou que o melhor que tínhamos a fazer era falar logo como a sinhá Ana Felipa e pedir autorização para nos casarmos na religião dos brancos [...].

Os escravos que queriam ficar juntos geralmente falavam com a sinhá, e mesmo que já vivessem assim na senzala, aguardavam a visita de algum padre, que aproveitava para fazer os casamentos de uma só vez. Não eram muitos os casais, talvez porque soubessem que de uma hora para outra poderiam ser separados. A Rita mesmo já tinha se casado e tido filho como manda a religião dos brancos, com casamento e batismo feitos por um padre, e ficou sozinha depois que o marido e o filho foram para outro dono por herança, quando o pai do sinhô José Carlos morreu. Em relação ao meu casamento, a sinhá Ana Felipa não se opôs e disse que seria realizado por ocasião da próxima visita do padre Notório, que ela ainda não sabia quando, mas que se daria até o fim do ano, com certeza. Era agosto de um mil oitocentos e vinte e dois, e eu já estava me acostumando com a ideia de me casar aos doze anos. (GONÇALVES, 2009, p. 159-160)

O desejo de Kehinde e Lourenço de constituir família não é concretizado, os dois são separados e ainda sofrem violências físicas desumanas. Essas violências praticadas contra os negros africanos iniciam-se já no momento de sua captura, acentuam-se na diáspora, durante o trajeto da viagem entre a África e os países que praticavam o comércio de escravos, e atingem seu ápice nas senzalas, na servidão aos senhores.

A diáspora negra ocorrida a partir do século XVIII, por ser uma migração violenta, serve como exemplo ao tipo de povoamento catastrófico a que se refere Glissant (2005). No século XIX, muitos desses negros cativos foram desembarcados nas principais cidades brasileiras daquela época, encabeçadas pelo Rio de Janeiro, capital do Brasil no século XIX e pela Bahia, que já havia sido capital brasileira nos primeiros séculos do colonialismo português. Kehinde representa os escravos que chegaram à Bahia. As ações praticadas pela/contra essa personagem servem de representação fictícia dos atos que foram realizados/sofridos pelos negros cativos reais no Brasil colonial. Assim, desde a captura dessa personagem, podem ser vislumbradas muitas práticas de torturas e de animalização a que foram submetidos os negros, considerados naquela época como seres irracionais, destituídos de alma. Muitos são os estudos sobre a colonização e a escravidão que abordam essa questão.

Arthur Ramos (2005) enumera e descreve vários tipos de tortura que eram aplicadas aos escravos, como os castigos de açoite, praticados em praça pública, sob rufos de tambor e com plateia numerosa que se “excitava e aplaudia, enquanto o chicote abria estrias de sangue no dorso nu do negro escravo” (RAMOS, 2005, p.125). Outro castigo era a palmatória, que consistia em dar pancadas com a palmatória na palma das mãos estendidas, machucando-as gravemente. Mais grave que isso foram os castigos praticados em alguns engenhos do Nordeste e fazendas do Sul, onde o anavalhamento do corpo, seguido de salmoura, a marcação no corpo por ferro em brasa, as mutilações de parte dos membros inferiores ou superiores, os estupros de negras escravas, as castrações de escravos, a amputação de seios, as fraturas de dentes a marteladas, as extrações de unhas, enfim, essas crueldades que revelam o sadismo dos senhores foram práticas constantes. Muitos instrumentos de suplício foram criados com a intenção de torturar os escravos. Ramos enumera alguns deles: “[...] o tronco, o vira-mundo, o cepo, as correntes, as algemas, o libambo, a gargalheira, a gonilha ou golilha, a peia, o colete de couro, os anjinhos, as máscaras, as placas de ferro” (RAMOS, 2005, p. 125).

Kehinde também se refere em seus relatos a esses castigos aplicados em público, que, na Bahia, tinha até um local reservado para isso. Eis o relato:

[...] gostava de pegar um banquinho e me sentar em frente ao Pelourinho. Os pretos já não eram castigados ali, por causa de um novo pelourinho construído no Campo da Pólvora ou no Campo do Barbalho, já não me lembro, mais afastado e discreto. Mas eram revoltantes as histórias que contavam sobre aquele lugar, sobre como os castigos dos pretos eram transformados em espetáculos assistidos por uma plateia que aplaudia os carrascos mais cruéis e pedia mais chibatadas quando achava que o preto ainda aguentava, mesmo que já tivesse cumprido a pena. Eram grandes os casarões do Pelourinho, todos com muitas janelas e sacadas, onde as famílias se reuniam para assistir aos castigos, com em um teatro (GONÇALVES, 2009, p. 309).

Conforme assinala Kátia Mattoso (2003), embora esses castigos corporais tenham existido, não faziam parte do cotidiano dos escravos, serviam mais para manter a ordem, como ameaça para o caso de desobediência ou desordem de algum escravo. Segundo essa pesquisadora, não se pode negar que existiram senhores ou senhoras sádicos, mas não era comum o senhor ou o feitor passearem entre os escravos de chicote na mão para repreender qualquer falta. A obediência no trabalho servil e a humildade nas relações com o senhor eram garantidas através de meios muitos mais sutis. O senhor procura conquistar os escravos através de laços afetivos, inspirando-lhes consideração. “Mas o amo permanece aquele personagem todo-poderoso, que ordena e comanda, a quem o escravo deve seu trabalho, sua humildade, e sua fidelidade. [...]escravo adaptado é o negro completamente dócil” (MATTOSO, 2003, p. 170). A pesquisadora, apesar de reconhecer a existência da chibata, do tronco, da máscara de ferro ou do pelourinho, diz que esses instrumentos de suplício só eram usados como último recurso para manter a ordem e exigir obediência dos escravos e

geralmente só eram aplicados em caso de inadaptação do escravo à sua condição, isto é, quando ele não conseguia se socializar, criando laços de amizade com outros negros, quando não constituía família, grupo ou confraria, quando não participava de reuniões festivas religiosas ou profanas. Por não se relacionar com os outros de sua etnia, o escravo entra num processo de repulsa, que o conduz às revoltas e aos castigos.

Mattoso (2003) esclarece que a disciplina do trabalho não é a mesma numa grande propriedade de cana-de-açúcar ou café e numa propriedade pequena de cultivo de fumo e mandioca. Nesta última, as relações de convivência são mais íntimas, o escravo participa de todos os acontecimentos na vida do senhor, pois convive próximo à sua família e participa de suas dores ou alegrias. Há também muita diferença entre o tratamento dado ao escravo que trabalha nas plantações, na destilaria ou em outros serviços mais pesados, e ao que serve na casa grande ou vive na cidade. Os primeiros são mais explorados pelos senhores nas tarefas agrícolas e não possuem certas regalias dispensadas apenas aos escravos domésticos ou urbanos. Estes, quase sempre, ou se tornavam auxiliares nas tarefas domésticas ou aprendiam um ofício, que podia ser de barbeiro, pedreiro ou carpinteiro, o que elevava a sua condição social em relação aos outros escravos. Além disso, tinham acomodações mais confortáveis e boa alimentação, o que os tornava “superiores” aos escravos da lavoura, que dormiam amontoados em senzalas e se alimentavam precariamente. O tratamento era tão diferenciado, que muitos senhores proibiam a proximidade entre escravos da casa-grande e da senzala, pois alegavam que estes últimos tinham maus costumes, eram luxuriosos, sujos, selvagens e pagãos. Muitos escravos domésticos, por conviverem mais próximos dos senhores brancos, abdicavam de suas origens e adotavam apenas os costumes e crenças de seus amos, faziam tudo para agradá-los, para evitar serem mandados para o serviço pesado das plantações, onde os escravos eram sempre mantidos sob a vigilância rigorosa dos feitores. Sobre isso, Mattoso afirma:

Os escravos domésticos escapam à vigilância dos cabos-de-turma¹² e feitores, mas estão sob o olhar exigente da dona da casa: a menor veleidade de insubordinação é punida com o envio do escravo aos trabalhos da lavoura, considerados mais penosos. Quando o senhor não é proprietário de terras, pode vender o escravo indócil aos fazendeiros de café ou aos comissários das minas longínquas” (MATTOSO, 2003, p.116).

Kehinde, em suas memórias, relata esses diferentes tratamentos dados aos escravos da senzala e aos da casa-grande, tanto no que diz respeito às regalias [“Todos nós, os escravos da casa, também ganhamos roupas novas. Fardas, como dizia a sinhá, tão bonitas que até se igualavam às roupas dos brancos”](GONÇALVES, 2009, p. 94), quanto aos castigos aplicados aos que desobedeciam às ordens dadas pelo senhor ou, se fosse uma bela escrava, quando despertasse o ciúme da sinhá, como o episódio relatado pela protagonista, envolvendo a bela escrava Verenciana, engravidada pelo senhor José Carlos, o fazendeiro de Itaparica. A Sinhá Ana Felipa, a esposa, ao saber desse fato, fica possessa e comete atos de extrema violência contra a escrava:

Ninguém tinha coragem de se aproximar, pois, sem tirar os olhos de Verenciana, a sinhá apontava a faca para qualquer um que se mexesse, dizendo que o assunto era entre as duas [...]. Começou a passar a faca na barriga de Verenciana, dizendo que era muito triste uma mulher não ver o filho entre os braços, e que a Verenciana ia sentir isto na pele. [...] Mandou que os homens segurassem a Verenciana com toda a força, arrancou o lenço da cabeça dela, agarrou firme nos cabelos e enfiou a faca perto de um dos olhos. Enquanto o sangue espirrava longe, a Sinhá dizia que olhos daquela

¹² As atribuições dos cabos de turma ou cabo rural estão intimamente relacionados com o da lavoura canavieira, executando serviços de acompanhamento, fiscalização e orientação dos trabalhadores rurais acerca do serviço no campo, caracterizando-o como rurícola.

cor, esverdeados, não combinavam com preto, e fazia a faca rasgar a carne até contornar por completo o olho, quando então enfiou os dedos por dentro do corte, agarrou a bola que formava o olho e puxou, deixando um buraco no lugar.

A Verenciana, que primeiro tinha urrado de dor, desmaiou nos braços dos homens que a seguravam, e sinhá deu ordem para que eles não a soltassem, que a mantivessem em pé. Examinou o olho arrancado, limpou o sangue no vestido e disse que era bonito, mas que só funcionava se tivesse um par. Fez a mesma coisa com o outro olho, guardando os dois no bolso [...]” (GONÇALVES, 2009, p. 106-107).

Muitas são as ocorrências dessa natureza, praticadas pelas senhoras enciumadas ou quando eram contrariadas em seu desejo. Ela mesma, Kehinde, escrava de companhia da sinhazinha, fora vítima do castigo mais temido pelos escravos domésticos: deixar de pertencer à casa-grande e ser enviada para o trabalho no campo. Eis como ela se refere à senzala grande, para onde fora após ser expulsa da casa grande pela sinhá:

Talvez, se eu tivesse ficado trabalhando apenas na casa-grande e morando na senzala pequena, não teria sabido realmente nada sobre a escravidão e a minha vida não teria tomado o rumo que tomou. Mesmo para uma criança de dez anos, ou, talvez, principalmente para uma criança de dez anos, era enorme a diferença entre os dois mundos, como se um não soubesse da existência do outro. Um outro mundo dentro do mesmo, sendo que o de fora, a senzala grande, era muito mais feio e real que o de dentro, a senzala pequena (GONÇALVES, 2009, p.111).

Na minha primeira manhã na senzala grande, antes de o sol nascer, o Eufrásio e seus homens já estavam berrando que éramos um bando de preguiçosos. Algumas pretas tinham se levantado primeiro e a comida já estava servida no descampado logo à saída, e não passava de um mingau ralo de farinha e água, onde boiavam alguns pedaços de toucinho. Eu me lembrei da comida da casa-grande, da qual sentiria falta [...] (GONÇALVES, 2009, p.115).

Em outro momento, Kehinde lembra do trabalho que lhe fora designado depois de sair da casa-grande: trabalhar na fundição, local onde se produzia o óleo de baleia, uma das atividades da fazenda. Além dessa, tinha a pesca da baleia, o trabalho nas plantações de cana-de-açúcar e no engenho. Kehinde descreve desde a ida para a fundição: “Era um caminho irregular, pelo meio da mata, e um homem armado ia à nossa frente, um atrás e mais dois de cada lado” (GONÇALVES, 2009, p. 116); quanto a localização: “A fundição ficava em uma clareira a poucos metros da praia, onde foi possível ver os pescadores se preparando antes de saírem para o mar em cinco chalupas” (GONÇALVES, 2009, p. 116); e o trabalho de produção do óleo de baleia:

Primeiro, tínhamos que ir até o balcão onde estava a baleia e separar os pedaços de carne dos pedaços de gordura, formando dois montes. Quem fazia o serviço de cortar a baleia eram os homens, com enormes facões, e por isso o excesso de segurança no caminho. As carnes ficavam com as mulheres, para partir em pedaços e cozinhar ou moquear. O que sobrava depois disso, a gordura, era o que nós, crianças, tínhamos que pegar e colocar dentro das caldeiras, onde era derretida até virar óleo de baleia. Entendi o porquê das queimaduras, pois nunca dava para prever para que lado a gordura ia espirrar quando jogada na caldeira, que já continha óleo derretido, fervendo (GONÇALVES, 2009, p.117).

Mas se Kehinde sofre pela diferença de tratamento existente entre os escravos da senzala pequena - destinada aos que serviam a casa-grande, e os da senzala grande - onde habitavam os escravos que trabalhavam nas tarefas externas à casa-grande, ela também se sente feliz quando percebe que os escravos da senzala grande podiam agir com mais liberdade

[“mas não fiquei triste por estar ali, sentindo-me até mais à vontade”] (GONÇALVES, 2009, p.115).

Kehinde também trabalhará no engenho. Sua tarefa consistia em “fazer as fôrmas de barro onde o caldo da cana descansava antes de endurecer e ser triturado para virar açúcar” (GONÇALVES, 2009, p. 148). A escrava chega a confessar que se sentia fascinada com o funcionamento do engenho e isso se confirma pela demorada e cansativa narração descritiva de todas as atividades do engenho feita pela protagonista. Kehinde vai, dessa forma, conseguindo sobreviver em meio a calmarias e turbulências, moldando-se aos diferentes ambientes, sempre conseguindo se adaptar e superar as adversidades que surgiam em sua trajetória.

3. Kehinde: um exemplo de resiliência¹³

Eurídice Figueiredo (2010), num artigo sobre *Um defeito de cor*, intitulado “Resiliência, banzo e as artes de fazer em Ana Maria Gonçalves”, usou o termo *resiliência* para qualificar a personalidade da escrava Kehinde/Luísa, que desde a sua infância, foi submetida aos mais infames tratamentos que um ser humano pode suportar e, mesmo assim, permaneceu íntegra em sua dignidade, manteve-se ativa, empreendedora, guerreira, revolucionária, enfim, conseguiu superar todos os problemas e traumas de sua vida. Essa personagem pode ser, portanto, considerada como um exemplo de resiliência. Considera-se resiliente o indivíduo que é capaz de sobreviver a muitas adversidades, adaptando-se a situações críticas, superando-as.

Os negros africanos que chegavam ao Brasil sofriam não só com as violências físicas, mas também com o choque cultural, com a separação e/ou perda dos entes queridos, enfim, com todas as mudanças geradas pelo deslocamento forçado de um continente a outro. Aqueles que conseguissem sobreviver e se adaptar a essas mudanças eram considerados resistentes, ou como hoje se considera, resilientes. Mas havia os que não se adaptavam e se abatiam com as mudanças – e eram muitos. Esses eram acometidos por um estado de melancolia e depressão, capaz de levá-los à morte a curto ou médio prazo, através de suicídio ou por inanição, quando deixavam de se alimentar.

Durante a travessia do Atlântico, da África ao Brasil ou a outro país escravista, muitas eram as mortes dos negros por suicídio, motivadas por não suportarem as condições precárias dos navios tumbeiros ou por se negarem a desembarcar num país completamente desconhecido. A esse estado de apatia e desinteresse pela vida, os estudiosos denominaram *banzo*¹⁴. A narradora relata que na sua viagem de travessia da África para o Brasil, presenciou muitas mortes de escravos por suicídio, como a do escravo Benevides: “Aziz apalpou o pescoço de Benevides e encontrou suas mãos endurecidas agarradas à corda. Uma mão na entrada e outra na saída da volta que a corda dava no pescoço, esticada de maneira a não permitir a passagem de ar nenhum. O Benevides tinha se matado”(GONÇALVES, 2009, p.50-51). Outras mortes dessa forma se sucederam durante a viagem e não foram maiores as baixas porque após três outros homens aparecerem mortos, também por enforcamento, os guardas que vieram retirar os corpos do porão do navio, advertiram os demais escravos que

¹³ Resiliência é, segundo o dicionário de Aurélio Buarque de Holanda, 1.(Física): “propriedade pela qual a energia armazenada em um corpo deformado é devolvida quando cessa a tensão causadora duma deformação elástica. 2. Em sentido figurado significa resistência ao choque”. O uso do termo, segundo Eurídice Figueiredo, é recente, deu-se a partir da década de 70, quando os psicólogos passaram a utilizá-lo ao referir-se a pessoas capazes de se adaptar às condições mais adversas após terem sofrido um trauma.

¹⁴ (Dic. Aurélio). (S.m.): Nostalgia mortal que atacava os negros trazidos escravizados da África: “uma moléstia estranha, que é a saudade da pátria, uma espécie de loucura nostálgica ou suicídio forçado, o banzo dizima-os pela inanição e fastio, ou os torna apáticos e idiotas” (João Ribeiro, *História do Brasil*, p.207). Eurídice Figueiredo já tinha usado esse mesmo termo no artigo acima referido, colocando-o em oposição à resiliência.

“se mais alguém se matasse, o corpo ia ficar ali mesmo até o fim da viagem que mal tinha começado, como castigo para todos os outros” (GONÇALVES, 2009, p.51). Como ninguém queria ter ao lado de si um cadáver apodrecendo, a partir daquele aviso todos ficaram atentos, em vigília constante para evitar que mais pessoas se suicidassem.

Outro relato desse tipo de morte, causada pelo banzo, é-nos dado pela narradora quando se refere ao escravo Afrânio, seu companheiro no armazém onde foram expostos para serem examinados e comprados pelos senhores assim que chegaram da África. Esse escravo também fora adquirido pelo senhor José Carlos no mesmo lote de Kehinde. Embora tenha ficado por algum tempo na fazenda, depois de alguns anos, suicidou-se. Eis como a narradora nos fala desse episódio:

Na segunda-feira o Afrânio se matou. Era aquele pescador que tinha sido comprado junto comigo [...]. Às vezes nos víamos na fundição, quando ele voltava da pesca, mas não si s sabia quem eu era. É bem possível que não, pois eu tinha crescido muito e mudado bastante desde a chegada à fazenda [...].

Mesmo não sendo amiga do Afrânio, pois nem mesmo cheguei a conversar com ele, senti bastante a sua morte. Ele se matou no mar com o facão que levava para limpar os peixes antes da salga [...]. Ele pegou o facão e, antes que alguém pudesse fazer qualquer coisa, foi sangue espirrando para um lado e a cabeça dele caindo para o outro (GONÇALVES, 2009, p. 124).

Diferente dos escravos que eram acometidos pela melancolia do banzo, que os conduzia à morte, Kehinde optou pela vida. Tornou-se uma vitoriosa. A adaptação e a assimilação aparente da escrava à cultura e crença brasileiras deram-se, principalmente, pela necessidade de ascensão social dessa personagem dentro do contexto colonialista, onde só os africanos alforriados teriam direito a sonhar com melhores condições de vida. O desejo de mudar de vida, deixar de ser escrava, já é percebido quando Kehinde, ainda criança, ganha um lindo vestido de sua patroa e amiga, sinhazinha Maria Clara. Ao olhar-se no espelho, vestida como sinhazinha, promete a si mesma que teria muitos vestidos como esse quando se tornasse adulta.

Olhando no espelho, eu me achei linda, a menina mais linda do mundo, e prometi que um dia ainda seria forra e teria, além das roupas iguais às das pretas do mercado, muitas outras iguais às da sinhazinha (GONÇALVES, 2009, p.87)

A promessa feita começa a se concretizar quando Kehinde se alfabetiza. O aprendizado da leitura e da escrita da língua do branco a diferencia dos demais escravos iletrados. Sua trajetória social resume-se a primeiro aprender a ler e escrever em português; e depois, por ter trabalhado em residência de ingleses, conseguir aprender a falar, ler e escrever em inglês. Com o conhecimento adquirido na convivência com os ingleses, passa a ser não apenas uma escrava de ganho, mas alguém que sabia fazer *cookies* e *puddings*, o que era uma novidade naquela época, e é com a venda desses biscoitos e sobremesas ingleses que começa sua vida de pequena empresária. Mas é, principalmente, com a ajuda concreta de Oxum, que Kehinde consegue comprar primeiro a sua alforria e, posteriormente, a alforria de seu filho Banjokô. Isso foi possível porque Kehinde descobre, por acaso, que a Oxum, estátua que havia ganhado da rainha Agontimé¹⁵, e que sempre conservava consigo, estava recheada de ouro e pedras,

¹⁵ Na Agontimé, viúva do Rei Agonglô(1789-1797), foi vendida como escrava por Adandozan, (1797-1818), filho primogênito de Agonglô, que governou o Daomé após o falecimento do pai e que foi destronado pelo meio irmão, Ghezo (1818-1858), filho de Na Agontimé. Ghezo organizou uma embaixada às Américas para procurar a sua mãe. Pesquisas realizadas por Pierre Verger revelaram que Na Agontimé foi embarcada para o Brasil e se fixou no Maranhão, onde adotou o nome de Maria Jesuína e fundou a Casa das Minas, terreiro de Tambor de Mina, religião africana que cultua os voduns.

tesouro que lhe possibilitou não só a sua liberdade e a de seu filho, quanto o necessário para iniciar sua vida como liberta. A revelação do tesouro dá-se quando Kehinde, necessitando juntar dinheiro para comprar as cartas de alforria sua e de seu filho, resolve rifar a escultura de sua guia Oxum. Sua amiga Claudina encarrega-se de vender os bilhetes. Quando Claudina informa que precisa entregar o prêmio da rifa, que é a Oxum, Kehinde percebe que se arrependeu de ter rifado a sua protetora, mas como era uma mulher de palavra, foi buscar a estátua. Nesse momento é surpreendida por um acontecimento fantástico que revelou o conteúdo interior da Oxum.

[...] não queria mais entregar a Oxum, depois da promessa que tinha feito a ela na noite anterior. Mas a Claudina não podia ler meus pensamentos e ficou decepcionada com a minha falta de reação. Sentindo-me ingrata, eu disse que voltaria com ela para me despedir da Oxum, antes que a levasse.[...] eu subi na frente, para ficar um pouco sozinha com a Oxum e explicar que não queria fazer aquilo, não queria me separar dela, mas não tinha jeito.

[...] Depois que eu já tinha dito à Oxum tudo o que queria e ia descer para entregá-la à Claudina, a cobra apareceu de repente, pulando em cima de mim. A primeira reação foi me proteger, jogando a Oxum contra ela, e quando olhei para o chão tingido de dourado, a ideia surgiu inteirinha, como um raio de sol iluminado. [...] Procurei a cobra e não encontrei nem rastro dela. [...] quando fui pegar a Oxum, olhei o chão ao meu redor e ele estava coberto com um pó dourado que tinha caído de dentro da estátua de madeira. Reparei melhor nela e percebi que sua racha tinha aumentado de tamanho e mostrava um grande talho, e era de lá que escorria o pó. Cheguei com ela perto da janela, onde estava mais claro, e percebi que ainda havia muito mais lá dentro. Forcei um pouco a abertura e a estátua se partiu ao meio, deixando ver que guardava uma verdadeira fortuna. Ouro em pó e pepitas, e também muitas outras pedras de cores variadas, brilhantes, pequenas, parecendo vidro transparente, tomando conta de todo o oco da estátua, que não era tão pequena (GONÇALVES, 2009, p. 343)

Durante toda a trajetória da protagonista, embora os bens materiais tenham contribuído para a sua ascensão social, um dos fatores que foi decisivo para a manutenção de sua identidade cultural e de sua integridade física e moral no Brasil foi o apego aos valores espirituais. A crença inabalável nas entidades iorubas, cujos rituais eram sempre respeitados, mantiveram-na sempre firme em seu propósito de cultivar suas raízes africanas.

Kehinde destaca-se por sua coragem, astúcia e desejo de justiça, num mundo em que as mulheres eram apenas objetos manipulados ao bel prazer de seus senhores, pais ou esposos. Passou por muitos momentos difíceis, mas conseguiu superá-los, pois tinha ideais de vida e valores dos quais nunca se separou: a crença inabalável em seus Orixás, o firme propósito de manter sua identidade africana. Isso permitiu que mantivesse sua integridade, apesar de todos os problemas e injustiças que sofreu, sem se deixar abater a ponto de desistir da vida.

Considerações Finais

O romance *Um defeito de cor*, apesar de ter sido baseado em fatos e pessoas supostamente reais, é e será sempre apenas uma obra de ficção. Não obstante, os conceitos de memória e história, enfatizando a relação desses discursos com a narrativa ficcional, bem como a relevante contribuição dessa escrita subjetiva para os estudos comparatistas, têm relevante importância para o revisionismo e reescritura da história dos negros africanos

enviados no século XIX para a Bahia, bem como dos que, ao se tornarem livres, ainda nesse mesmo século, partiram do porto de Salvador rumo à África, carregando consigo seus descendentes afro-brasileiros.

A presente análise do romance em questão lançou mão das memórias e reflexões da protagonista Kehinde para discutir a situação da mulher escrava no Brasil do século XIX, as violências físicas e morais a que eram submetidas, como o estupro, as torturas e o impedimento da constituição de uma família. Muitas dessas mulheres, tanto as reais quanto as que são personagens romanescas, assim como Kehinde, conseguiram ser respeitadas ao se tornarem livres, adquirindo condições socioeconômicas superiores às de muitas mulheres brancas da época.

Um defeito de cor é uma obra que se presta a variados exames por conter uma infinidade de temáticas de caráter literário, histórico, antropológico, enfim, é um importante texto que poderá contribuir para a análise e compreensão do contexto histórico, político, econômico e social do Brasil colônia e império do início e meados do século XIX, circunscrito principalmente à província baiana de São Salvador e à capital do império, São Sebastião (hoje, Rio de Janeiro), possibilitando analisar e compreender as relações étnicas, bem como destacar alguns comportamentos e tradições culturais dos africanos e afro-brasileiros desse período.

Referências

- AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de Carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.
- BASTIDE, Roger. *As Américas negras: as civilizações africanas no novo mundo*. Trad. Eduardo de Oliveira e Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1974.
- CARNEIRO, Edison. *Antologia do negro brasileiro*. Rio de Janeiro: Agir, 2005.
- FERNANDES, Florestan. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1989 (col. Polêmicas do nosso tempo, vol. 33).
- FIGUEIREDO, Eurídice. *Representações de etnicidade: perspectivas interamericanas de literatura e cultura*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2010.
- _____. (Org.). *Conceitos de Literatura e cultura*. Juiz de Fora: UFJF; Niterói: EDUFF, 2005.
- GONÇALVES, Ana Maria. *Um defeito de cor*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- _____. Entrevista a Editorial Record. In http://www.record.com.br/autor_entrevista.asp?id_autor=12&id_entrevista=28, acessada em 20.02.2012.
- GLISSANT, Édouard. *Introdução a uma poética da diversidade*. Tradução Enilce Albergaria Rocha. Juiz de Fora: UFJF, 2005 (Coleção Cultura, v. 1)
- HALL, Stuart. *Da diáspora. Identidades e mediações culturais*. Org. Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- MATTOSO, Kátia de Queirós Mattoso. *Ser escravo no Brasil*. Trad. James Amado. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador*. Pref. de Jean-Paul Sartre. São Paulo: Civilização Brasileira, [s.d.].
- MENNUCCI, Sud. *O precursor do abolicionismo no Brasil (Luiz Gama)*. São Paulo; Companhia Editora nacional, 1938. 5ª. Série da biblioteca pedagógica brasileira, Vol. 119.
- RAMOS, Arthur. Castigos de escravos. In: CARNEIRO, Edison. *Antologia do negro brasileiro*. Rio de Janeiro: Agir, 2005.
- SARTRE, Jean-Paul. Prefácio. In: MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador*. Pref. de Jean-Paul Sartre. São Paulo: Civilização Brasileira, [s.d.].